



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2013.

Art. 4^o, § 3^o, da Lei Complementar n^o 101, de 04 de maio de 2000.

O compromisso da atual administração com o equilíbrio das contas públicas renova-se a cada edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A tarefa não se resume a prever gastos e receitas compatíveis entre si, mas estende-se ao exercício de identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas no momento da elaboração orçamentária, e, sobretudo, informar as providências a serem tomadas caso se concretizem.

Esses riscos podem ser grosso modo, classificados em duas categorias diferentes: os riscos orçamentários e os riscos de dvida.

I – RISCOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, de existir desvios entre as receitas ou despesas orçadas e as realizadas. Vejamos cada um deles e as respectivas providências que Administração deverá tomar no caso de sua concretização:

DESCRIÇÃO DO RISCO ORÇAMENTÁRIO E RESPECTIVA ESTIMATIVA	PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS
<p>1 - Risco: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.</p> <p>2 – Estimativa de Valor: Calcula-se que ficará adstrito em valor não superior ao correspondente a 10% do valor mensal da folha de slrios.</p>	<p>As despesas com pessoal e encargos estão sujeitas a edição de lei municipal, realização de concurso público e/ou processo seletivo e, sobretudo, a elaboração do impacto financeiro-orçamentário a que alude o art. 16 da LRF de modo que qualquer oscilação negativa nas receitas será previamente constatada pela Administração que evitar novas contratações, podendo ainda, caso se faça necessário promover a diminuição dos cargos de provimento em comissão, bem como cortes de horas extras e demais ajustes necessárias.</p>

DESCRIÇÃO DO RISCO ORÇAMENTÁRIO E RESPECTIVA ESTIMATIVA	PROVIDENCIAS A SEREM TOMADAS
<p>1- Risco: Variação nas receitas de transferências de convênios (transferências voluntárias) que podem ou não ocorrer dependendo da voluntariedade ou disponibilidade financeira do ente concedente.</p> <p>2 - Estimativa de Valor: A presente variação ficará restrita em até 10 % do previsto na LOA – 2013.</p>	<p>Como cautela a Administração somente iniciará as licitações para aquisições de bens e realização de obras custeadas com recursos provenientes de outros Entes da Federação, a partir do momento em que houver a comprovação de previsão firme e consistente do repasse dos recursos pela respectiva Esfera Governamental concedente.</p>
<p>1 – Risco: Frustração de parte da arrecadação da Receita Tributária em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, bem como o Crescimento real da Economia Nacional abaixo dos índices previstos.</p> <p>2 - Estimativa de Valor: Para esse suposto evento fica estabelecido o limite correspondente a até 5% das Receitas Tributárias Próprias previstas na LOA 2013.</p>	<p>Para compensar essas variações agregadas, em relação às projeções, a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 9º estabeleceu a reavaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira às metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre, permitirá que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação e/ou redução de despesas, especialmente as de investimentos.</p>



II – RISCOS DA DVIDA:

A segunda categoria compreende os chamados riscos da dvida, que podem gerar ou não despesa primária. Vejamos cada um deles e as respectivas providências que Administrao deverá tomar no caso de sua concretizao:

DESCRIO DO RISCO DA DVIDA	PROVIDENCIAS A SEREM TOMADAS
<p>1 – Risco: A primeira categoria compreende os chamados riscos de dvida confirmada.</p> <p>2 – Estimativa de Valor: Conquanto o Município não possuía dvida, a limitao no caso vertente ficará restrita ao valor correspondente a 30% da Reserva de Contingência.</p>	<p>Como o Município não possui dvida ou as dvidas registradas foram devidamente previstas no orçamento, a simples manuteno do equilíbrio entre as receitas e as despesas e/ou a reprogramao de despesas como p. exemplo o corte em despesas acessórias será suficiente para o seu custeio.</p>
<p>1 – Risco: Outra fonte de riscos de dvida são os chamados passivos contingentes, isto é, dvidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como, embora não exclusivamente, os processos trabalhistas que envolvem o Município. Cumpre lembrar que a mensurao destes passivos muitas vezes  difícil e imprecisa.</p> <p>2 – Estimativa de Valor: Calcula-se que ficará adstrito em valor não superior ao correspondente a 1% do valor mensal da folha de slrios.</p>	<p> importante ressaltar que a existência de passivos dessa natureza, em especial as aoes trabalhistas e demais demandas, não implica ou infere probabilidade de ocorrência, em especial aqueles que envolvem disputas judiciais. Ao contrário, a Assessoria Jurídica vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade dos atos do Executivo. Além disso, caso o Município perca alguns processos dessa, a política fiscal estará acionada visando neutralizar eventuais perdas, de forma a garantir a solvência do setor público, podendo-se citar em oposio a esses passivos contingentes, os ativos contingentes, isto é, aqueles direitos do Município que estão sujeitos a decisão judicial</p>



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

para o recebimento. É o caso da dvida ativa da Fazenda Municipal, não incluída na Lei Orçamentria, que, uma vez recebida, implicará em receita adicional para o governo municipal.

Por fim, cumpre-nos salientar que no caso de alguma das medidas acima não for suficiente para conter os riscos previstos ou na iminência de riscos fiscais supervenientes, estes serão socorridos com valor estabelecido para a reserva de contingência.